

# CTUR

---

COMISSÃO DE TURISMO

Relatório Anual de Atividades - 2025

Brasília  
2025

## **Mesa Diretora da Câmara dos Deputados**

57ª Legislatura (2023-2027) – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

### **Presidente**

Hugo Motta

### **1º Vice-Presidente**

Altineu Côrtes

### **2º Vice-Presidente**

Elmar Nascimento

### **1º Secretário**

Carlos Veras

### **2º Secretário**

Lula da Fonte

### **3ª Secretária**

Delegada Katarina

### **4ª Secretário**

Sergio Souza

### **Suplentes de Secretários**

#### **1º Suplente**

Antonio Carlos Rodrigues

#### **2º Suplente**

Paulo Folleto

#### **3º Suplente**

Dr. Victor Linhalis

#### **4º Suplente**

Paulo Alexandre Barbosa

### **Diretor-Geral**

Guilherme Barbosa Brandão

### **Secretário-Geral da Mesa**

Lucas Ribeiro Almeida Júnior

## SUMÁRIO

---

|   |    |
|---|----|
| Membros da CTUR                           | 7  |
| Destaques da CTUR                         | 12 |
| Audiências Públicas                       | 55 |
| CTUR em números                           | 76 |
| Proposições na CTUR em 2024               | 78 |
| Requerimentos                             | 79 |
| Proposições apreciadas                    | 82 |
| Emendas orçamentárias aprovadas pela CTUR | 91 |
| Equipe Técnica                            | 93 |



## Comissão de Turismo

### **Presidente**

Marcelo Álvaro Antônio

### **1º Vice-Presidente**

Mersinho Lucena

### **Consultor-Geral**

José Evande Carvalho Araujo

### **Diretor do Departamento de Comissões**

Flávio Bôsco Soares

### **Diretor da Coordenação de Comissões Permanentes**

Marcelo Brandão Lapa

### **Secretário-Executivo**

Ruthier de Sousa Silva

## CRÉDITOS

### **Projeto Gráfico**

Serviço de Publicidade – Secretaria de Comunicação Social

### **Texto e edição**

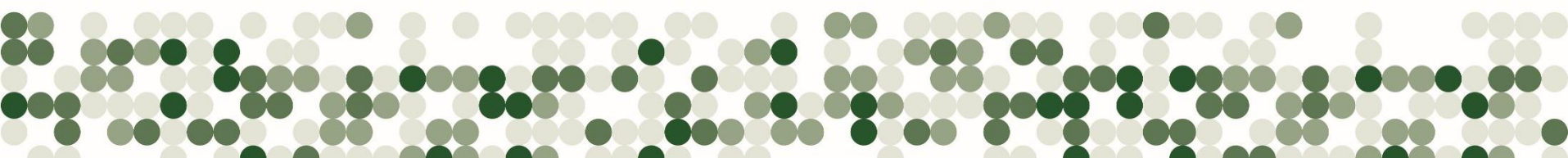
Agência Câmara  
Comissão de Turismo

### **Fotos**

Agência Câmara  
Comissão de Turismo

### **Diagramação**

Christiano de Lima Silva (com adaptações)





## APRESENTAÇÃO

Prezados,

Chego ao fim do mandato como Presidente da Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados com o sentimento de dever cumprido e profunda gratidão. Foi uma honra presidir esta relevante Comissão ao longo do ano de 2025, período marcado por intenso trabalho, diálogo permanente e avanços concretos para o fortalecimento do turismo brasileiro. O turismo é um setor estratégico para o País, capaz de impulsionar a geração de emprego e renda, fomentar o desenvolvimento regional e valorizar as riquezas culturais e naturais do Brasil.

Durante o ano legislativo, conduzimos os trabalhos com espírito colaborativo, equilíbrio e compromisso com resultados efetivos. Realizamos 40 reuniões deliberativas e 8 audiências públicas, promovendo debates qualificados e assegurando a escuta ativa dos diversos atores do setor. Ao todo, foram apreciadas 62 proposições legislativas e 27 requerimentos, alcançando o maior número de matérias analisadas pelo colegiado desde a criação da Comissão de Turismo, marco que evidencia a elevada produtividade e o comprometimento de todos os seus integrantes.

O ano de 2025 também representou importante avanço institucional com a implementação estruturada da votação das indicações de emendas de comissão. Tive a honra de conduzir a apreciação de aproximadamente 950 milhões de reais em emendas destinadas a projetos voltados ao desenvolvimento do turismo em diversas regiões do Brasil, contribuindo diretamente para a dinamização da economia local, a geração de trabalho e a melhoria da qualidade de vida da população.

No campo legislativo, aprovamos iniciativas relevantes para a modernização e o fortalecimento do setor. Destaco o PL 2849/2024, que institui programa de turismo educacional com o objetivo de incentivar visitas a locais de relevância histórica, turística, paisagística e ambiental em todo o território nacional. Ressalto também a aprovação do Projeto de Lei nº 1374/2024, que regulamenta as film commissions, entidades responsáveis por atrair, facilitar e apoiar produções audiovisuais em determinados territórios.

Outro avanço significativo foi a aprovação do Projeto de Lei nº 1036/2025, que estabelece o marco legal do turismo itinerante, modalidade caracterizada pelo deslocamento frequente de viajantes em veículos de recreação, como motorhomes, trailers e campervans, ampliando as oportunidades de desenvolvimento do turismo ecológico, cultural e esportivo. Destaca-se, ainda, a aprovação do Projeto de Lei nº 20/2025, que institui o Código Brasileiro de Defesa do Turista, estabelecendo direitos básicos aos viajantes, normas claras para as empresas do setor e sanções para o descumprimento das disposições legais, garantindo maior segurança jurídica e qualidade na prestação de serviços.

Procurei conduzir os trabalhos com diálogo institucional, respeito às diferentes posições e foco na construção de consensos responsáveis. O êxito alcançado é fruto de esforço coletivo, pautado pela cooperação, pela dedicação técnica e pelo compromisso com o interesse público.

Registro meu especial agradecimento a toda a equipe que trabalhou lado a lado comigo ao longo deste ano, com dedicação exemplar e elevado padrão de profissionalismo. Ao Secretário da Comissão, Ruthier de Sousa e à sua competente equipe — Estefânia Diniz, Gleice dos Anjos, Roberta de Faria e Ana Paula França —, bem como a todos os estagiários que contribuíram ativamente em cada reunião e atividade realizada, expresse meu sincero reconhecimento. Estendo agradecimento especial à equipe do meu gabinete, especialmente a Therezinha de Mello, Ivanei Gonçalves, Kesle Aguiar e Graziella Campos, pelo empenho, lealdade e dedicação ao longo de todo o mandato.

Encerramos este ciclo com a convicção de que avançamos de forma consistente na consolidação de políticas públicas que valorizam o turismo nacional e ampliam suas potencialidades. Seguiremos trabalhando para posicionar o Brasil no lugar de destaque que merece no cenário internacional, com visão estratégica, responsabilidade institucional e compromisso permanente com o desenvolvimento do País.

Muito obrigado a todos que fizeram parte desta jornada.

Atenciosamente,

**Deputado Marcelo Álvaro Antônio**  
Presidente da Comissão de Turismo



# Membros da CTur



**Presidente:**

Marcelo Álvaro Antônio (PL/MG)

**1º Vice-Presidente:**

Mersinho Lucena (PP/PB)



## Membros Titulares



Alexandre Lindenmeyer  
PT/RS



Ana Paula Leão  
PP/MG



André Figueiredo  
PDT/CE



Bibó Nunes  
PL/RS



Elmano Férrer  
PP/PI



Hildo Rocha  
MDB/MA



José Airton Félix Cirilo  
PT/CE



José Rocha  
UNIÃO/BA



Keniston Braga  
MDB/PA



Leur Lomanto Júnior  
UNIÃO/BA



Marcos Aurélio Sampaio  
PSD/PI



Murillo Gouvea  
UNIÃO/RJ





Paulo Guedes  
PT/MG



Robinson Faria  
PL/RN



Robinson Faria  
PL/RN



Vermelho  
PP/PR

## Membros Suplentes



AJ Albuquerque  
PP/CE



Carlos Henrique Gaguim  
UNIÃO/TO



Daniel Almeida  
PCdoB/BA



Daniel Barbosa  
PP/AL



Daniel Trzeciak  
PSDB/RS



Daniela Reinehr  
PL/SC



Fábio Reis  
PSD/SE



Felipe Carreras  
PSB/PE





Geraldo Mendes  
UNIÃO/PR



Icaro de Valmir  
PL/SE



Jorge Goetten  
REPUBLICANOS/SC



Paulo Litro  
PSD/PR



Pompeo de Mattos  
PDT/RS



Roberta Roma  
PL/BA



Romero Rodrigues  
(PODE/PB)



Simone Marquette  
MDB/SP



Yandra Moura  
UNIÃO/SE



Yury do Paredão  
MDB/CE

Composição em 18/11/2025.



# Destques da CTur

09 de janeiro de 2025

## Comissão aprova permissão para hotéis reduzirem três horas na primeira diária

Proposta será analisada por outras três comissões da Câmara antes de ir para o Senado.

*Mário Agra/Câmara dos Deputados*



Eduardo Bismarck, relator da proposta



A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados aprovou, em dezembro, proposta que permite a redução de três horas na primeira diária em hotéis e outros meios de hospedagem, para fins de limpeza e preparação da unidade habitacional, de acordo com regulamentação do Poder Executivo.

O texto altera a lei que instituiu a Política Nacional de Turismo (Lei 11.771/08), que hoje define por diária o preço de hospedagem correspondente à utilização da unidade habitacional e dos serviços incluídos, no período de 24 horas.

O texto aprovado é o substitutivo do relator, deputado licenciado Eduardo Bismarck (CE), ao Projeto de Lei 3578/21, do ex-deputado Carlos Bezerra (MT), e pela rejeição dos apensados (PLs 2111/22, 4480/23 e PL 5676/23).

Para o relator, “a preparação de uma unidade habitacional para a ocupação por um hóspede é parte integrante dos serviços de hospedagem, ainda que nesse período o consumidor não tenha acesso ao quarto”.

Na avaliação de Eduardo Bismarck, “ao autorizar que o período de duração da primeira diária possa ser reduzido em até três horas, a proposta elimina a insegurança jurídica que atualmente cerca a atuação dos meios de hospedagem”.

### **Próximos passos**

A proposta será analisada em caráter conclusivo pelas comissões de Indústria, Comércio e Serviços; de Defesa do Consumidor; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Para virar lei, é preciso que o projeto seja aprovado pela Câmara e pelo Senado.

Reportagem: Lara Haje

Edição: Ana Chalub

Fonte: Agência Câmara de Notícias



30 de janeiro de 2025

## Comissão aprova projeto com medidas para melhorar segurança em eventos

Proposta ainda precisa ser votada por duas comissões da Câmara e pelo Senado.

*Mário Agra/Câmara dos Deputados*



Robinson Faria: medidas contribuirão para a prevenção de crimes



A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados aprovou, em novembro, o Projeto de Lei 3253/23, da deputada Silvia Waiãpi (PL-AP), que altera a Lei Geral do Turismo para estabelecer medidas de segurança que previnam a ocorrência de crimes em eventos públicos. O relator na comissão, deputado Robinson Faria (PL-RN), recomendou a aprovação.

O projeto determina as seguintes medidas para atingir o objetivo proposto:

- As empresas organizadoras de eventos deverão enviar eletronicamente à polícia local os dados pessoais de todos os compradores de ingresso;
- As autoridades policiais deverão cruzar esses dados com os cadastros de condenados e de mandados de prisão em aberto;
- Se forem identificadas pessoas que cometeram crimes hediondos, os órgãos policiais registrarão suas presenças para investigação posterior em caso de crimes cometidos no evento;
- Se forem identificados agressores alvos de medidas protetivas, estando a pessoa protegida presente no evento, a polícia deverá manter vigilância para impedir que o agressor cometa algum crime contra a vítima;
- Se houver no evento pessoa com mandado de prisão a ser cumprido, a empresa deverá identifica-la no recolhimento do ingresso, a fim de possibilitar sua detenção pela polícia; e
- A informação para a identificação das pessoas suspeitas na lista de compradores de ingresso deverá ser repassada pela polícia.

Robinson Faria acredita que as medidas contribuirão para a prevenção de crimes, beneficiando o setor de turismo em um país onde as falhas de segurança pública afastam visitantes estrangeiros.

“Dado o potencial do turismo para a geração de emprego, principalmente nos segmentos mais jovens e de menor especialização profissional, pode-se inferir que, para além das perdas de vidas, a violência causa perda de renda”, afirmou o deputado.

### **Próximos passos**

O projeto ainda será analisado, em caráter conclusivo, pelas comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Para virar lei, a medida precisa ser aprovada pelos deputados e pelos senadores.

Reportagem: Noéli Nobre

Edição: Marcia Becker

Fonte: Agência Câmara de Notícias



19 de março de 2025

## Marcelo Álvaro Antônio é eleito presidente da Comissão de Turismo

Para deputado, setor é uma das molas propulsoras da economia brasileira.



*Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados*

Marcelo Álvaro Antônio, eleito presidente da Comissão de Turismo

O deputado Marcelo Álvaro Antônio (PL-MG) foi eleito presidente da Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados. Ele teve a unanimidade dos 16 votos. Ao tomar posse no cargo, o deputado lembrou a experiência de ministro do Turismo, entre 2019 e 2020, para garantir apoio ao avanço das pautas ligadas ao setor. “É uma das molas propulsoras da economia brasileira e também a forma mais rápida, barata e eficiente para gerar emprego e renda para a população”, disse.

O novo presidente fez apelo de união do setor para enfrentar desafios. Defendeu, por exemplo, a manutenção do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), em debate no Congresso Nacional. Esse programa foi fundamental para superar entraves dos agentes turismo durante e após a pandemia de Covid-19. Apesar de integrar um partido da oposição ao governo federal, o deputado elogiou a atual gestão do ministro Celso Sabino, com quem pretende trabalhar em defesa dos temas consensuais.

### **Perfil**

Marcelo Álvaro Antônio é empresário, está no terceiro mandato seguido de deputado federal e assume, pela primeira vez, o comando de uma comissão na Câmara. O deputado nasceu em Belo Horizonte, tem 51 anos e iniciou a atividade parlamentar em 2013, como vereador na capital mineira.

### **Atribuições**

Entre as atribuições da comissão, está o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Turismo e da exploração das atividades e dos serviços turísticos. Também há colaboração com entidades públicas e não-governamentais nacionais e internacionais que atuam na formação da política de turismo.

Reportagem: José Carlos Oliveira

Edição: Roberto Seabra

Fonte: Agência Câmara de Notícias



10 de abril de 2025

## Comissão aprova criação de programa educacional em escolas públicas

Projeto pretende facilitar acesso de estudantes a parques, museus e bairros históricos.



*Bruno Spada / Câmara dos Deputados*

Deputado Aj Albuquerque, relator do projeto



A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados aprovou a criação de um programa de turismo educacional para incentivar visitas a locais com importância histórica, turística, paisagística e ambiental em todo o Brasil.

A medida está prevista no Projeto de Lei 2849/24 e se destina a estudantes do ensino público fundamental e médio, com prioridade para escolas localizadas em regiões com menor acesso a parques, bairros históricos, monumentos, teatros, bibliotecas e universidades.

As visitas serão organizadas em parceria com os órgãos responsáveis pela conservação e gestão desses locais.

O relator, deputado Aj Albuquerque (PP-CE), defendeu a aprovação do projeto, do deputado Pastor Gil (PL-MA), sem alterações.

Segundo Albuquerque, para impulsionar o turismo como motor econômico e cultural do Brasil, a população precisa conhecer melhor seu próprio patrimônio e potencialidades.

“As visitas guiadas são um incentivo à participação social e cultural dos nossos jovens, trazendo maior conhecimento das nossas riquezas culturais ao longo do tempo, criando assim um espaço de troca e reflexão ao nosso patrimônio”, disse.

Atualmente, a Lei Geral do Turismo não trata especificamente do turismo educacional.

### **Próximas etapas**

O projeto está sendo analisado em caráter conclusivo e segue para as comissões de Educação; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Para virar lei, o texto precisa ser aprovado pela Câmara e pelo Senado.

Reportagem: Murilo Souza

Edição: Roberto Seabra

Fonte: Agência Câmara de Notícias



06 de junho de 2025

## Comissão aprova criação do Código Brasileiro de Defesa do Turista

Proposta está em análise na Câmara dos Deputados.

*Vinicius Loures/Câmara dos Deputados*



Romero Rodrigues, relator do projeto



A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 20/25, que institui o Código Brasileiro de Defesa do Turista. O objetivo é estabelecer regras claras para proteger quem viaja pelo País.

O texto também cria a Política de Assistência ao Turista em Emergência, com medidas para situações como enchentes ou epidemias.

A proposta, de autoria da deputada Renata Abreu (Pode-SP), define os direitos básicos para os viajantes e cria normas que as empresas do setor turístico deverão seguir para evitar abusos e garantir um atendimento adequado. Também prevê sanções administrativas e penais para o descumprimento do código.

Foi aprovado um substitutivo do relator, deputado Romero Rodrigues (Pode-PB). Ele optou por alterar trecho que garantia ao consumidor o recebimento de vale-compra, nos casos de serviços não executados devido a situações de emergência.

A nova redação prevê que o responsável pelo serviço deverá oferecer alternativas de compensação, inclusive por meio de vale-compra, desde que haja acordo com o consumidor, observadas as disposições do Código de Defesa do Consumidor e regulamentação específica.

"A alteração busca harmonizar a proteção ao turista com a necessidade de flexibilidade operacional em situações excepcionais, conferindo segurança jurídica às partes", justificou o relator.

O texto aprovado também deixa claro que serão aplicadas as mesmas penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor para quem descumprir a lei.

### **Direitos**

Entre os direitos dos turistas no Brasil previstos no projeto estão:

- informação correta, clara, precisa, ostensiva e nas línguas portuguesa, espanhola e inglesa sobre o serviço turístico ofertado ou contratado.
- a execução adequada do serviço turístico, nas condições contratadas ou anunciadas, incluindo a assistência em situações emergenciais.

### **Situações de emergência**

Em relação à Política de Assistência ao Turista em Situação de Emergência, o projeto prevê uma série de medidas para proteger os turistas.



O texto prevê o gerenciamento da crise por órgãos públicos, a formulação de planos de contingência e a comunicação com as missões diplomáticas, no caso dos turistas estrangeiros.

Entre os deveres dos prestadores de serviços turísticos (como hotéis e agências de turismo) nas situações de emergência estão:

- oferecer informações sobre segurança e serviços de saúde;
- não cobrar valor superior à média das diárias pela estadia adicional imposta pela situação de emergência;
- não cobrar taxa de cancelamento caso o turista não possa chegar no local de acomodação por causa da crise.

### **Próximos passos**

O projeto será analisado nas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). Em seguida, irá ao Plenário. Para virar lei, a proposta também precisa ser aprovada pelo Senado.

Reportagem: Emanuelle Brasil

Edição: Pierre Triboli

Fonte: Agência Câmara de Notícias



08 de julho de 2025

## Comissão aprova marco legal para o turismo itinerante

Essa modalidade de turismo é caracterizada pelo movimento frequente de viajantes por meio de motorhomes e trailers; projeto de lei segue em análise na Câmara.

*Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados*



Daniela Reinehr: proposta melhora infraestrutura e dá mais segurança a turistas



A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 1036/25, da deputada Julia Zanatta (PL-SC), que estabelece um marco legal para o turismo itinerante.

Essa modalidade de turismo é caracterizada pelo movimento frequente de viajantes entre diferentes locais, utilizando veículos de recreação (motorhomes, trailers, campervans) para a finalidade de lazer, negócios, turismo ecológico, cultural ou esportivo.

A proposta garante a liberdade de circulação desses veículos e facilita a criação de "pontos de apoio" com serviços essenciais. Além disso, o texto incentiva a expansão da infraestrutura voltada para o turismo itinerante, promovendo parcerias com o setor privado para a construção de áreas de camping e estações de serviço com wi-fi.

O projeto proíbe a permanência desses veículos nos pontos de apoio por períodos superiores a cinco dias.

A proposta também prevê a redução da burocracia para empresas, dispensando a exigência de alvarás para atividades de baixo risco e facilitando o licenciamento de empreendimentos.

### **Melhoria da infraestrutura**

A comissão acatou a sugestão da relatora, deputada Daniela Reinehr (PL-SC), que defendeu a aprovação do texto. A parlamentar disse que o turismo itinerante ainda é tratado por normas locais e que não existem diretrizes nacionais sobre o tema.

"As pessoas enfrentam situações de insegurança, ficando sujeitas a multas e sanções, além da ausência de infraestrutura, inclusive sanitária, adequada para esses turistas", apontou.

### **Próximos passos**

A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Para virar lei, o texto precisa ser aprovado pela Câmara e pelo Senado.

Reportagem: Emanuelle Brasil

Edição: Marcelo Oliveira

Fonte: Agência Câmara de Notícias



15 de julho de 2025

## Comissão aprova preferência para turismo na distribuição de recursos dos fundos constiucionais

Projeto continua em análise na Câmara dos Deputados.

*Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados*



Ana Paula: proposta reconhece o papel cada vez mais relevante do turismo na economia



A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 3519/21, do deputado Pinheirinho (PP-MG), que inclui o turismo entre os segmentos do setor de serviços com preferência para receber o apoio dos fundos constitucionais de financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO).

Atualmente, a Lei 7.827/89, que instituiu os três fundos constitucionais, já prevê a destinação de recursos para os setores agropecuário, mineral, industrial e agroindustrial, além de empreendimentos comerciais e de serviços em geral.

A relatora, deputada Ana Paula Leão (PP-MG), recomendou a aprovação do texto, após ajuste na redação. “A proposta reflete a evolução das políticas públicas e reconhece o papel cada vez mais relevante do turismo na economia”, disse ela.

“A atividade turística é sabidamente intensiva em mão de obra, devendo receber atenção”, disse Pinheirinho ao apresentar o texto, que foi aprovado em 2023 pela Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional.

### **Próximos passos**

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Para virar lei, precisa ser aprovado pela Câmara e pelo Senado.

Da Reportagem/RM

Edição: Marcia Becker

Fonte: Agência Câmara de Notícias



30 de julho de 2025

## Comissão aprova limites para redução de diárias nos dias de entrada e saída em hotéis

Proposta ainda será analisada por outras comissões da Câmara e pelo Senado.

*Vinicius Loures/Câmara dos Deputados*



O deputado Vermelho recomendou a aprovação da proposta



A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados aprovou, no dia 2 de julho, o Projeto de Lei 4467/24, que limita a redução da primeira diária em meios de hospedagem a duas horas. Ou seja, a primeira diária deverá ter duração mínima de 22 horas. O texto também proíbe a fixação de horário de saída, no último dia, anterior ao meio-dia.

O objetivo do autor, deputado Marcelo Queiroz (PP-RJ), é estabelecer uma padronização que respeite o tempo necessário para o cliente aproveitar adequadamente as instalações e os serviços contratados junto ao meio de hospedagem.

O relator, deputado Vermelho (PP-PR), concordou com o argumento. “As medidas trazem segurança e previsibilidade aos hóspedes, assim como garante aos meios de hospedagem condições de gerir a zeladoria sem passivos relacionados aos direitos do consumidor”, afirmou.

Vermelho acrescentou ao projeto a possibilidade de um prazo de até três horas, na primeira diária, para a preparação da unidade habitacional nos períodos de maior demanda. “Assim, a logística dos hotéis na alta temporada não ficará comprometida, e os clientes poderão ser atendidos com a qualidade necessária”, explicou.

### **Legislação**

O projeto altera a Lei Geral do Turismo, que hoje define como diária o preço de hospedagem correspondente à utilização da unidade habitacional e dos serviços incluídos no período de 24 horas, compreendido nos horários fixados para entrada e saída de hóspedes.

A lei prevê regulamentação do Ministério do Turismo quanto à entrada e à saída do hóspede, considerando o tempo necessário para limpeza do ambiente.

### **Próximos passos**

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Defesa do Consumidor; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Para virar lei, a medida precisa ser aprovada pelos deputados e pelos senadores.

Reportagem: Noéli Nobre

Edição: Rachel Librelon

Fonte: Agência Câmara de Notícias



25 de agosto de 2025

## Comissão aprova projeto que amplia informações aos turistas nos aeroportos

Texto continua em análise na Câmara dos Deputados.

*Mário Agra/Câmara dos Deputados*



Robinson Faria: a experiência turística depende da qualidade da informação



A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que determina a colocação de *QR codes* nos aeroportos com informações atualizadas sobre serviços de urgência e emergência, além dos principais atrativos turísticos locais.

O texto aprovado é o substitutivo do relator, deputado Robinson Faria (PP-RN), para o Projeto de Lei 2398/24, da deputada Fernanda Pessoa (União-CE). Robinson Faria apresentou nova redação, alterando a Lei Geral do Turismo.

“A experiência turística depende da qualidade da informação para a autonomia, o bem-estar e a segurança dos viajantes”, disse o relator. “A proposta ganha relevância diante da realização da Copa do Mundo de Futebol Feminino no Brasil, em 2027”, alertou.

Pelo substitutivo, o Ministério do Turismo e a Embratur deverão disponibilizar os *QR codes* por meio de cartazes ou integrados a sistemas digitais. Um *QR code* pode reunir vários dados e é facilmente lido pela câmera do telefone celular.

“É importante que o turista se sinta acolhido e bem recebido em sua chegada ao Brasil, e repassar esse tipo de informações é mais que necessário para uma boa estadia”, afirmou a deputada Fernanda Pessoa, autora da proposta original.

#### **Próximos passos**

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Viação e Transportes; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Para virar lei, a medida precisa ser aprovada pelos deputados e pelos senadores.

Da Reportagem/RM

Edição: Marcia Becker

Fonte: Agência Câmara de Notícias



4 de setembro de 2025

## Comissão aprova projeto que exige equipamento para pessoas com deficiência visual em ponto turístico

Texto continua em análise na Câmara dos Deputados.

*Zeca Ribeiro/ Câmara dos Deputados*



Barbosa: medida concreta, baseada em tecnologia acessível e amplamente disponível



A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 1871/24, que torna obrigatória a instalação, em pontos de interesse turístico, de equipamentos destinados às pessoas com deficiência visual.

Pela proposta, os dispositivos terão código de barras bidimensional (QR Code) que acione uma audiogravação para informar às pessoas com deficiência visual as características, a importância e o significado da edificação ou do local visitado.

O relator, deputado Daniel Barbosa (PP-AL), recomendou a aprovação do texto. Ele acatou ajustes feitos pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, além de dar prazo de 180 dias para entrada em vigor da futura lei.

“Esta proposta inova com medida concreta, de aplicação nacional, baseada em tecnologia acessível e amplamente disponível, promovendo a efetiva inclusão social das pessoas com deficiência visual no âmbito do turismo”, disse o relator.

“A medida será fator decisivo para que as pessoas com deficiência visual sejam incorporadas plenamente ao contingente de turistas”, afirmou o deputado Duda Ramos (MDB-RR), autor da proposta original.

### **Próximos passos**

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Para virar lei, terá de ser aprovado pela Câmara e pelo Senado.

Da Reportagem/RM

Edição: Marcia Becker

Fonte: Agência Câmara de Notícias



11 de setembro de 2025

## Comissão aprova projeto para ampliar combate à exploração sexual no setor turístico

Proposta segue em análise na Câmara.

*Renato Araújo/ Câmara dos Deputados*



Keniston Braga: adoção de padrões elevados de conduta fortalece a posição do Brasil como destino respeitado



A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei para classificar a intermediação, a facilitação e a promoção da exploração sexual de qualquer pessoa no âmbito da prestação de serviços turísticos como infração administrativa. A prática passa a ser considerada agravante para a aplicação das penalidades previstas, que são:

- multa;
- interdição do local ou da atividade;
- cancelamento do alvará de funcionamento; e
- cancelamento do cadastro no Ministério do Turismo.

As sanções previstas serão aplicadas sem prejuízo das responsabilidades penal, civil ou outras administrativas já estabelecidas na legislação vigente.

### **Nova redação**

Foi aprovada a nova redação elaborada pelo relator, deputado Keniston Braga (MDB-PA), para o Projeto de Lei 5629/23, do deputado Yury do Paredão (MDB-CE).

Entre outros pontos, o projeto original buscava caracterizar a intermediação ou a facilitação do “turismo sexual” como infração administrativa. Keniston Braga, no entanto, substituiu a expressão por “exploração sexual no âmbito da prestação de serviços turísticos”. “A alteração busca evitar qualquer associação indevida entre uma atividade econômica legítima e práticas criminosas”, explicou o relator.

O texto aprovado também amplia a abrangência da infração para a exploração sexual de qualquer pessoa, e não apenas de crianças e adolescentes. A inclusão não altera nem revoga outros artigos da Lei Geral do Turismo, que continuam voltados especificamente à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Keniston Braga afirmou que o turismo exerce papel estratégico no desenvolvimento econômico e social do país e, por isso, é fundamental garantir que se desenvolva de forma ética, sustentável e alinhada aos direitos fundamentais da pessoa humana. “A proteção do patrimônio natural e cultural, aliada à adoção de padrões elevados de conduta, fortalece a posição do Brasil como destino respeitado e competitivo no cenário internacional.”

### **Legislação**

A proposta altera a Lei Geral do Turismo, que hoje já estabelece como deveres dos prestadores de serviços turísticos, entre outros:



- manter, em local visível, mensagem referente à vedação da exploração sexual e do tráfico de crianças e adolescentes; e
- inibir práticas que favoreçam o turismo sexual, entendido como a exploração sexual associada à prestação de serviços turísticos.

A lei também prevê punições para quem submeter criança ou adolescente à prostituição ou à exploração sexual, no âmbito da prestação de serviços turísticos e ainda deixar de colaborar com o combate ao “turismo sexual” ou promover esse tipo de turismo.

### **Próximos passos**

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado agora pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Para virar lei, a medida precisa ser aprovada pelos deputados e pelos senadores.

Reportagem: Noéli Nobre

Edição: Geórgia Moraes

Fonte: Agência Câmara de Notícias



15 de setembro de 2025

## Comissão aprova criação de incentivo para investimentos na infraestrutura turística

Para virar lei, o texto deve ser aprovado pela Câmara e pelo Senado.

*Kayo Magalhães/ Câmara dos Deputados*



O deputado Paulo Guedes, relator do projeto



A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que destina até 5% da receita de ingressos turísticos e de hospedagem para projetos de turismo sustentável e para melhorar a infraestrutura social de cidades turísticas. A cobrança sobre os ingressos vale para parques nacionais, estaduais e municipais, museus, monumentos e eventos culturais.

O projeto cria a CIDE-Turismo (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico), um tributo sobre comercialização de ingressos para visitação turística e de serviços de hospedagem. A alíquota inicial será de 1% e pode chegar até 5%, conforme regulamento do governo federal.

Entre as ações a serem incentivadas pela nova contribuição estão:

- projetos de infraestrutura urbana e saneamento básico em áreas turísticas;
- treinamento e qualificação de trabalhadores locais para o turismo;
- instalação, manutenção e atualização de equipamentos públicos de esporte, cultura e lazer para moradores e turistas.

A proposta foi aprovada conforme a sugestão do relator, deputado Paulo Guedes (PT-MG), que apresentou um texto substitutivo ao Projeto de Lei 3737/23, do deputado Luciano Alves (PSD-PR).

O PL, originalmente, previa que 5% do valor do ingresso para a visitação de parques, museus, monumentos e similares, ou no mínimo R\$ 1,00, fosse destinado ao município onde está o ponto turístico.

“A nova proposta preserva integralmente o espírito do projeto original, tornando-o exequível e mais claro como instrumento de reconhecimento dos municípios turísticos do país”, argumentou o relator.

### **Próximas etapas**

A proposta será ainda analisada, em caráter conclusivo, pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Para virar lei, o texto deve ser aprovado pela Câmara e pelo Senado.

Reportagem: Murilo Souza

Edição: Rachel Librelon

Fonte: Agência Câmara de Notícias



25 de setembro de 2025

## Comissão aprova projeto que torna obrigatório conteúdo acessível em locais turísticos

A proposta segue em análise na Câmara dos Deputados.

*Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados*



Yandra Moura recomendou a aprovação do texto de outra comissão



A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que obriga a administração pública a divulgar informações em conteúdo acessível a pessoas com deficiência e, no mínimo, em português e em inglês em locais frequentados por turistas no País.

Deverão ser divulgadas informações sobre serviços especializados e unidades de apoio aos turistas, meios de denúncia, além do endereço e dos contatos da Delegacia de Proteção ao Turista mais próxima.

O texto aprovado é o substitutivo adotado pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência ao Projeto de Lei 6165/23, da deputada Rogéria Santos (Republicanos-BA).

Originalmente, o projeto previa cartazes em diversos idiomas em locais públicos e privados frequentados por turistas. O substitutivo, por sua vez, limita a obrigatoriedade a locais públicos e define que as informações sejam disponibilizadas, no mínimo, em língua inglesa e portuguesa.

A relatora, deputada Yandra Moura (União-SE), recomendou a aprovação do substitutivo por deixar o texto mais claro.

“O substitutivo deixou o texto mais claro ao definir que, em locais públicos, o poder público local deve informar os turistas, enquanto a colocação de placas em locais privados será definida em regulamento específico”, afirmou a relatora.

### **Próximas etapas**

A proposta será ainda analisada, em caráter conclusivo, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Para virar lei, o texto precisa ser aprovado por deputados e senadores.

Reportagem: Murilo Souza

Edição: Geórgia Moraes

Fonte: Agência Câmara de Notícias



02 de outubro de 2025

## Comissão de Turismo aprova criação do Disque-Turista

Projeto de lei continua em análise na Câmara dos Deputados.

*Renato Araújo/Câmara dos Deputados*



Deputado Vermelho recomendou a aprovação da proposta



A Comissão de Turismo aprovou o Projeto de Lei 1213/25, que autoriza o governo federal a disponibilizar, em âmbito nacional, número telefônico para atender denúncias de golpes, exploração e outras violações contra visitantes no país – o Disque-Turista. O objetivo é oferecer uma ferramenta para proteger consumidores e fortalecer o turismo.

A proposta estabelece que o serviço será operado por uma central de atendimento específica e coordenada pelo governo. E obriga hotéis, restaurantes e pontos turísticos a divulgar o número do Disque-Turista em locais de fácil visualização e acesso ao público.

Esses locais também deverão informar números já existentes, como o Disque 180 (denúncias de violência contra a mulher) e o Disque 100 (denúncias de violações de direitos humanos), e números locais de apoio.

O relator, deputado Vermelho (PP-PR), recomendou a aprovação do projeto. Na sua avaliação, as denúncias permitirão ao poder público agir rapidamente para neutralizar ilícitos e punir responsáveis.

“A rápida comunicação de golpes ou tentativas permitirá às autoridades agirem com agilidade para cessar a atividade ilícita e conter danos”, afirmou o deputado.

### **Ambiente seguro**

O autor, deputado Saulo Pedroso (PSD-SP), explica que o objetivo é fornecer uma ferramenta que aumente a segurança dos visitantes e reforce a imagem do Brasil como destino turístico confiável. medida é fundamental para proteger os turistas, preservar a imagem do destino turístico e promover um ambiente seguro, em que todos possam desfrutar de suas viagens com tranquilidade", disse.

### **Próximos passos**

O projeto, que tramita em caráter conclusivo, ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Para virar lei, o texto precisa ser aprovado pela Câmara e pelo Senado.

Reportagem: Luiz Gustavo Xavier

Edição: Márcia Becker

Fonte: Agência Câmara de Notícias



09 de outubro de 2025

## Comissão de Turismo aprova proposta que flexibiliza cadastro de meios de hospedagem

Projeto altera a Lei Geral do Turismo para permitir que o empreendimento apresente apenas uma das licenças exigidas para o registro oficial.

*Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados*



Deputado Vermelho: lei atual leva a fiscalização à interpretação equivocada

A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 4719/24, que altera a Lei Geral do Turismo para exigir apenas um dos requisitos necessários ao cadastro de meios de hospedagem.

Hoje, a lei determina que os empreendimentos apresentem licença de funcionamento e licença edilícia ou certificado de conclusão da obra para se cadastrar nos sistemas oficiais do setor. O projeto propõe que baste apresentar uma das licenças — de funcionamento ou edilícia — ou o certificado de conclusão da construção.

A proposta substitui a conjunção “e” por “ou” na legislação, deixando claro que os requisitos são alternativos, e não cumulativos. Segundo a justificativa, a mudança evita interpretações que dificultam o registro de estabelecimentos.

O relator, deputado Vermelho (PP-PR), deu parecer favorável ao projeto.

“A lei fala em ‘pelo menos um dos seguintes requisitos’, portanto, basta um deles para o cadastro. No entanto, há a conjunção ‘e’ entre os incisos I e II, o que leva a fiscalização a entender que os requisitos são cumulativos. Isso é um equívoco, porque cada empreendimento tem um modelo de negócio diferente”, disse o parlamentar.

### **Próximos passos**

O projeto, que tramita em caráter conclusivo, ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). Se aprovado, seguirá para o Senado.

Reportagem: Luiz Gustavo Xavier

Edição: Geórgia Moraes

Fonte: Agência Câmara de Notícias



16 de outubro de 2025

## Comissão aprova uso do Fundo do Turismo para apoiar soluções tecnológicas para o setor

Proposta continua em análise na Câmara dos Deputados.

*Vinícius Loures/ Câmara dos Deputados*



Marcelo Álvaro Antônio, relator da proposta



A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que permite o uso de recursos do Fundo Geral de Turismo (Fungetur) para apoiar startups e empresas de tecnologia que desenvolvam soluções inovadoras para o setor. A proposta altera a Lei do Fungetur.

O texto inclui entre os objetivos da Política Nacional de Turismo o estímulo à inovação, incluindo “o desenvolvimento, a aplicação, a transferência e a difusão de tecnologias digitais relacionadas ao setor do turismo”, principalmente as voltadas a melhorar a experiência do turista, a acessibilidade, além da gestão e da promoção dos destinos turísticos. Estabelece ainda que os recursos do Fungetur poderão financiar essas iniciativas.

O texto aprovado é o substitutivo do relator, deputado Marcelo Álvaro Antônio (PL-MG), ao Projeto de Lei 903/25, do deputado Alfredo Gaspar (União-AL). “A iniciativa de orientar a Política Nacional de Turismo e o Novo Fungetur para a inovação tecnológica é oportuna e necessária para garantir a competitividade do nosso setor de turismo”, defendeu o relator, que propôs alterações de redação no substitutivo.

O Fungetur tem por objeto o financiamento, o apoio ou a participação financeira em planos, projetos, ações e empreendimentos reconhecidos pelo Ministério do Turismo como de interesse turístico.

### **Próximas etapas**

A proposta será ainda analisada, em caráter conclusivo, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Para virar lei, o texto precisa ser aprovado pela Câmara e pelo Senado.

Reportagem: Murilo Souza

Edição: Ana Chalub

Fonte: Agência Câmara de Notícias



16 de outubro de 2025

## Comissão aprova projeto que exige aviso sobre riscos no uso de lareira em local fechado

Projeto de lei segue em análise na Câmara dos Deputados.

*Renato Araújo/ Câmara dos Deputados*



Deputada Simone Marquetto, relatora



A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 5114/23, que obriga hotéis, pousadas e similares, bem como imóveis de aluguel para temporada, a instalar avisos sobre os cuidados no uso de lareiras sem chaminé ou sem outro tipo de exaustão de fumaça.

Pelo texto, o aviso deverá ser claro, preciso e ostensivo, em português e em inglês, informando que a lareira só poderá ser usada com as janelas abertas, para garantir a ventilação do ambiente e evitar acidentes.

A relatora, deputada Simone Marquette (MDB-SP), recomendou a aprovação do texto. “Práticas consideradas básicas pelos habitantes locais não necessariamente serão de conhecimento de quem vem de fora”, comentou ela.

Para o deputado Jonas Donizette (PSB-SP), autor do projeto, o desconhecimento sobre os riscos é comum. “A implementação dessa providência contribuirá para que muitas e muitas vidas sejam poupadas”, defendeu o parlamentar.

A proposta foi motivada por um acidente que vitimou um casal em um chalé em Monte Verde (MG), em agosto de 2023. Em cidades turísticas da Região Sul e de partes de Minas Gerais e São Paulo, o uso de lareiras é comum no inverno.

### **Próximos passos**

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Para virar lei, terá de ser aprovado pela Câmara e pelo Senado.

Da Reportagem/RM

Edição: Roberto Seabra

Fonte: Agência Câmara de Notícias



25 de novembro de 2025

## Comissão aprova diretrizes para estimular turismo de pessoas autistas

O Projeto de lei segue em análise na Câmara dos Deputados.

*Vinicius Loures/ Câmara dos Deputados*



Deputado Romero Rodrigues, relator



A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 2243/25, da deputada Simone Marquette (MDB-SP), que estabelece diretrizes para estimular turismo inclusivo e acessível a pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Entre as diretrizes estão:

- a adaptação de espaços, atrações e serviços turísticos para atender às necessidades sensoriais, cognitivas e sociais das pessoas com TEA;
- o desenvolvimento e promoção de atividades turísticas que respeitem as especificidades do espectro autista;
- e a capacitação de profissionais de turismo, hotelaria, eventos e transporte para atendimento humanizado, acessível e inclusivo.

O texto também prevê parcerias do Executivo federal com estados e municípios, além de organizações da sociedade civil, para desenvolver políticas, programas, convênios e campanhas para promover o turismo inclusivo a pessoas com TEA.

Marquette afirmou que o projeto promove a harmonização de políticas públicas em todas as unidades da federação, incentiva a adaptação de destinos turísticos e capacitação profissional, além de fomentar campanhas que conscientizem a população e os prestadores de serviço sobre a importância da inclusão.

"Além do viés social, este projeto representa uma oportunidade estratégica para o setor de turismo, ampliando seu alcance, qualificando os serviços e promovendo o Brasil como um país mais justo, inclusivo e acolhedor para todas as pessoas", disse.

Para o relator, deputado Romero Rodrigues (Pode-PB), o projeto contribui diretamente para a consolidação de um modelo de turismo que não apenas respeite as diferenças, mas valorize a diversidade como princípio estruturante da experiência turística. "A proposição qualifica o produto turístico brasileiro, assegura a efetividade de um direito fundamental e alinha o País às melhores práticas globais de inclusão", afirmou.

### **Próximos passos**

A proposta ainda será analisada em caráter conclusivo pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Para virar lei, a proposta precisa ser aprovada pela Câmara e pelo Senado.

Reportagem: Tiago Mirand

Edição: Roberto Seabra

Fonte: Agência Câmara de Notícias



27 de novembro de 2025

## Comissão aprova criação de certificado para atestar segurança de destinos turísticos

O Projeto de lei segue em análise na Câmara dos Deputados.

*Bruno Spada/ Câmara dos Deputados*



Deputado Robinson Faria, relator do projeto de lei



A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 4843/24, que cria o Certificado de Turismo Seguro (CTS) para validar destinos turísticos que oferecem tranquilidade e proteção aos visitantes.

Conforme a proposta, o CTS será implementado por meio de uma plataforma digital, e a validade do certificado estará condicionada à apresentação de outros documentos, como o Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur) e o Selo Turismo Responsável do Ministério do Turismo. A plataforma seria operada pelo governo federal, em coordenação com os estados, o Distrito Federal e os municípios.

O relator, deputado Robinson Faria (PP-RN), recomendou a aprovação, com emendas, do texto de autoria do deputado Domingos Neto (PSD-CE). O parecer deixa claro que os certificados devem ser emitidos por profissional, órgão ou entidade definida em regulamento específico, que também poderá estipular certificações adicionais às listadas na proposta.

"A criação de um certificado nacional, baseado em critérios objetivos, especialmente se integrado a sistemas já existentes, pode efetivamente funcionar como um incentivo para que os municípios invistam em políticas públicas de segurança voltadas para o turismo", reforçou Robinson Faria.

A proposta será analisada, em caráter conclusivo, pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Para virar lei, a proposta precisa ser aprovada pela Câmara e pelo Senado.

Reportagem: Emanuelle Brasil

Edição: Roberto Seabra

Fonte: Agência Câmara de Notícias



8 de dezembro de 2025

## Comissão aprova projeto que cria o Estatuto do Turista

A proposta segue em análise na Câmara dos Deputados.

*Bruno Spada/ Câmara dos Deputados*



Deputado José Airton Félix Cirilo, relator do projeto de lei

A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 4179/19, que institui o Estatuto do Turista, destinado a regular os direitos do turista nacional e estrangeiro durante o período de viagem.



O relator, deputado José Airton Félix Cirilo (PT-CE), apresentou parecer favorável ao projeto do ex-deputado Roberto de Lucena (SP). Ele manteve a versão aprovada pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Conforme a proposta, são direitos do turista:

- locomover-se com liberdade no País, sem prejuízo de medidas tomadas a favor do interesse e da segurança nacional;
- ter garantida a segurança física e dos seus bens;
- ser tratado com urbanidade;
- ser compreendido, sendo o inglês e o espanhol as línguas universais para se comunicar em qualquer localidade do País;
- ter acesso aos serviços oferecidos pelos prestadores de turismo em condições adequadas e de higiene; e
- ter acesso aos prontos atendimentos de emergência 24 horas no caso de acidentes.

### **Sigilo de dados**

O projeto também assegura aos turistas a faculdade de utilizar todos os meios de comunicação disponíveis, sendo beneficiados pelos mesmos direitos que os cidadãos do País quanto à confidencialidade dos dados e das informações pessoais.

Além disso, garante aos turistas o direito de acessar serviços administrativos, judiciários e de saúde locais.

### **Próximos passos**

A proposta ainda será analisada em caráter conclusivo pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Para se tornar lei, também deve ser aprovada pelo Senado.

Reportagem: Luiz Gustavo Xavier

Edição: Geórgia Moraes

Fonte: Agência Câmara de Notícias



# Audiências Públicas

21 de maio 2025

## Comissão debate concessão do título de Cidade da Fé ao município de São João do Cariri (PB)

*Mário Agra/Câmara dos Deputados*



Romero Rodrigues: São João do Cariri destaca-se por sua tradição religiosa



A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados debate nesta quarta-feira (21) a concessão do título de Cidade da Fé ao município de São João do Cariri (PB).

### **Convidados**

- Representante do Município de São João do Cariri (PB);
- Representante do Município de Juazeiro do Norte (CE)
- Representante do Município de Aparecida (SP);
- Representante do Município de Trindade (GO);
- Representante do Município de Belém (PA);
- Representante da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (Anec);
- Representante da Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas (Abiee).

O debate atende a pedido do deputado Romero Rodrigues (Podemos-PB) e será realizado no plenário 5, às 15 horas.

O parlamentar afirma que São João do Cariri é uma das cidades mais antigas da Paraíba e se destaca por sua profunda tradição religiosa, especialmente com a Festa de Nossa Senhora dos Milagres, que ocorre há mais de 170 anos e atrai cerca de 100 mil de fiéis anualmente.

"Além da tradicional festividade católica, São João do Cariri também promove a Semana da Cultura Evangélica, celebrada no mês de novembro, demonstrando o ecumenismo e a diversidade religiosa que enriquecem sua identidade cultural", ressalta o parlamentar.

Ele acrescenta que pretende apresentar projeto de lei que reconheça oficialmente em âmbito nacional o município de São João do Cariri como "Cidade da Fé". A realização de audiências públicas é uma das exigências previstas na legislação em vigor para propostas desse tipo.

Da Redação – MO

Fonte: Agência Câmara de Notícias



11 de junho de 2025

## Ministro do Turismo participa de audiência na Câmara para apresentar planos para o setor

*Vinicius Loures/Câmara dos Deputados*



Ministro do Turismo, Celso Sabino



A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados vai receber nesta quarta-feira (11) o ministro do Turismo, Celso Sabino, para falar dos planos e programas da Pasta para este ano.

O ministro vem à Câmara a pedido do deputado Bibó Nunes (PL-RS). A reunião está marcada para as 14 horas, no plenário 5.

Bibó Nunes quer conhecer os planos do Ministério do Turismo tendo em vista o aumento da demanda estrangeira por destinos brasileiros, causado pela desvalorização do real frente ao dólar.

Da Redação – ND

Fonte: Agência Câmara de Notícias



11 de junho de 2025

## Com números em alta, ministro quer transformar o turismo na principal matriz econômica do Brasil

Essas organizações se dedicam a atrair e incentivar a realização de produções audiovisuais.

*Vinicius Loures / Câmara dos Deputados*



Sabino: "Caminhamos para chegar a 10 milhões de turistas estrangeiros neste ano"



Em audiência na Câmara dos Deputados nesta quarta-feira (11), o ministro do Turismo, Celso Sabino, comemorou os números do setor, que segue aquecido e projeta novos recordes até o fim do ano. Em 2024, o turismo trouxe 6,7 milhões de estrangeiros ao Brasil, superando inclusive os anos em que o país sediou a Copa do Mundo (2014) e os Jogos Olímpicos (2016).

Os cinco primeiros meses deste ano já registram aumento de 49% em relação a igual período de 2024. “Nós já chegamos a 4.887.000 turistas estrangeiros até maio, caminhando para chegar esse ano com 10 milhões de turistas estrangeiros e colocar o turismo como a principal matriz econômica do nosso país”, afirmou.

Sabino foi ouvido na Comissão de Turismo, onde citou dados do Banco Central sobre R\$ 42 bilhões movimentados por turistas estrangeiros no Brasil ao longo de 2024. Já houve registro de aumento de 15% entre janeiro e abril deste ano. O setor emprega 7 milhões de pessoas e movimenta 300 milhões de turistas domésticos. O número inclui os brasileiros que viajam internamente mais de uma vez por ano.

O Brasil é o quarto maior mercado de aviação doméstica, com 118 milhões de passageiros transportados e crescimento anual de 6,6%. Houve crescimento também no turismo por ônibus e carros alugados. “Número de turistas domésticos viajando, ocupação dos hotéis, gasto médio do turista doméstico, número de turista internacional, gasto dos turistas internacionais, empregos gerados no setor, empresas criadas no setor, número de pessoas que viajaram de avião, de ônibus: o Brasil bateu todos os recordes”.

O ministro fez questão de dividir os bons resultados com deputados e senadores. “Em todas as demandas do turismo no Congresso Nacional, essa Casa não faltou ao debate, ao aprimoramento dos textos e, sobretudo, ao compromisso com o povo brasileiro e com essa atividade tão importante”.

Celso Sabino citou a segurança jurídica garantida com a aprovação da nova Lei Geral do Turismo após quase 10 anos de análise no Congresso; os incrementos orçamentários por meio das leis de regulamentação das Bets e dos créditos de carbono, além do decreto legislativo para a instalação de escritório regional da Organização Mundial do Turismo (OMT) no Rio de Janeiro e da proposta de resorts integrados com cassinos (PL 442/91), já aprovada na Câmara e ainda em análise no Senado.

O deputado Bohn Gass (PT-RS) elogiou o ministério pela recente regulamentação do Cadastur, previsto na Lei Geral do Turismo para facilitar a atuação de pessoas físicas, como no caso do turismo ecológico promovido por agricultores familiares. “Aqueles empreendimentos dos agricultores familiares com CPF podem fazer o seu cadastro e passar a receber pessoas e estimular as pessoas a irem ao campo para poder aquecer essa atividade importante”, exemplificou o deputado.



Autor do requerimento de audiência, o deputado Bibó Nunes (PL-RS) pediu mais apoio para o turismo religioso e disse que o país ainda mantém imenso potencial inexplorado. Ele citou o exemplo do Uruguai, que tem apenas 3,5 milhões de habitantes e costuma receber o dobro desse número em turistas por ano, o que equivale a mesma quantidade anual de visitantes estrangeiros ao Brasil.

### **Orçamento**

As ações do Ministério do Turismo receberam elogios de parlamentares de todos os partidos. O deputado Vermelho (PP-PR) se queixou dos cortes orçamentários anunciados pelo governo. “O que eu não posso concordar é com o corte no orçamento do Ministério do Turismo, como vem ocorrendo e ocorreu há poucos dias. Não tem como cortar, não tem como matar a galinha dos ovos de ouro”.

Ministro do Turismo no governo Bolsonaro, o presidente da Comissão, deputado Marcelo Álvaro Antônio (PL-MG), disse esperar que a equipe econômica enxergue o turismo como setor de investimento. “O ministro Celso Sabino está demonstrando que ele chegou para que o turismo possa realmente se consolidar, talvez ao lado do agronegócio, como a principal mola propulsora da nossa economia”.

Ao longo da audiência, o ministro Celso Sabino e vários parlamentares lembraram que o faturamento do turismo já é superior ao de grandes *commodities* da exportação brasileira, como café e algodão.

Reportagem: José Carlos Oliveira

Edição: Ana Chalub

Fonte: Agência Câmara de Notícias



03 de setembro de 2025

## Comissão debate regulamentação de 'film commissions'

Essas entidades são responsáveis por atrair, facilitar e apoiar produções audiovisuais em determinado território.

*Tomaz Silva/Agência Brasil*



O ministro do Turismo, Celso Sabino, afirmou nesta quarta-feira (15) que o setor será fundamental para a reconstrução econômica do Rio Grande do Sul após o socorro emergencial às vítimas das inundações.

Em audiência na Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados, Sabino citou uma série ações da pasta em apoio aos empreendedores turísticos gaúchos, como a liberação de R\$ 100 milhões do Fundo Geral do Turismo (Fungetur) para reformas, capital de giro e equipamentos.

O ministro disse ainda que todas as emendas parlamentares destinando recursos para obras no estado já estão pagas. E lembrou o lançamento da campanha “Não cancele, reagende”, para manter a perspectiva de retomada de visitação ao estado após a superação da tragédia.

### **Aeroportos**

Segundo Sabino, outra ação está sendo desenvolvida em parceria com o Ministério de Portos e Aeroportos para restabelecer a conexão aérea no Rio Grande do Sul, diante da interdição do aeroporto Salgado Filho.

“O governo federal tem atuado para operar em aeroportos alternativos e já estamos chegando a praticamente 20% da oferta de assentos que havia antes dos eventos. Pretendemos chegar a 50% até o fim deste mês”, comemorou o ministro. Para isso, outros aeroportos regionais estão tendo a frequência ampliada.

Sabino destacou ainda a operação de guerra na Base Aérea de Canoas para receber mantimentos, distribuir medicamentos e fazer o salvamento de pessoas. “Nós vamos transformar momentaneamente a Base Aérea de Canoas em um aeroporto comercial”, avisou.

Celso Sabino explicou que um shopping próximo vai servir de suporte para o check-in de passageiros, que serão transportados de ônibus até a pista da Base Aérea de Canoas para voos das três principais companhias aéreas do país.

Os aeroportos regionais de Canela e de Caxias do Sul, na Serra Gaúcha, também deverão ter a operação ampliada.

O presidente da Embratur, Marcelo Freixo, confirmou que o Rio Grande do Sul vai merecer tratamento especial pós-tragédia e estará em destaque no Salão Nacional do Turismo, previsto para agosto, no Rio de Janeiro.

### **Importância do turismo**

O presidente da Comissão de Turismo, deputado Paulo Litro (PSD-PR), elogiou as iniciativas do governo. “Obviamente que, em um primeiro momento, é buscar restabelecer serviços básicos, como saúde, água, luz, internet. Mas, a reconstrução do Rio Grande do Sul também passa pela questão turística”, disse Litro, lembrando que o estado é o segundo a recebe mais turistas estrangeiros.



"Gramado recebe 8 milhões de turistas por ano, o que gera emprego e renda para a população", acrescentou.

### **Pesquisa**

Sabino apresentou aos parlamentares o resultado de uma pesquisa do ministério que aponta o setor como a terceira atividade econômica mais importante do País, empatado com indústria e agropecuária, atrás apenas de tecnologia e comércio.

A pesquisa mostrou ainda que 63% dos entrevistados acham que o potencial de exploração do turismo como atividade econômica é alto ou muito alto; 79% acreditam que a exploração do turismo pelas cidades tem mais benefícios do que prejuízos; e 88% reconhecem a importância do turismo para incrementar emprego, renda e economia no País.

### **Balanço do Ministério**

Na audiência, o ministro Celso Sabino também apresentou o balanço das atividades e as novas metas da pasta. Comemorou, por exemplo, os números que apontam forte retomada do setor após a pandemia de Covid-19. Foram quase R\$ 190 bilhões em faturamento e 214 mil empregos criados em 2023, com alta expressiva em relação a 2022.

Segundo ele, a melhoria da imagem internacional do Brasil pode ser medida pelo terceiro lugar obtido no ranking de atrativos naturais elaborado pelo Fórum Econômico Mundial. O país ficou atrás apenas de Austrália e México. Bonito, no Mato Grosso do Sul, foi reconhecido como o primeiro destino do mundo em ecoturismo de carbono neutro.

### **Mais turistas**

Nos quatro primeiros meses deste ano, 2,9 milhões de turistas estrangeiros estiveram no Brasil – aumento de 7% em relação ao mesmo período do ano passado. Eles gastaram cerca de R\$ 10 bilhões, o maior volume registrado desde 1995.

Mas Sabino tem novas metas nesse quesito. "A meta que estava sendo calculada em 8 milhões de turistas estrangeiros para 2027 será posta no Plano Nacional de Turismo acima de 10 milhões. Nós não vamos sossegar enquanto o Brasil não ultrapassar essa marca de 10 milhões de turistas estrangeiros", avisou.

Além do Plano Nacional de Turismo e do Plano de Adaptação Climática para o setor, que estão em fase final de elaboração, o ministro pretende entregar, ainda neste ano, 622 obras de infraestrutura turística, a partir de investimentos de R\$ 594 milhões. Ele também prevê outros R\$ 650 milhões para financiamentos por meio do Fundo Geral do Turismo.

### **Projetos na Câmara**

O ministro pediu aos parlamentares a aprovação de alguns projetos:

- a) o que aprimora a Lei Geral do Turismo ([Lei 11.771/08](#)), atualmente em discussão no Senado;



- b) o que ratifica o acordo que permite a inauguração de escritório regional da Organização Mundial do Turismo, ligada à ONU, no Rio de Janeiro para atender as Américas e o Caribe. Esse texto (MSC 729/23) está pronto para votação no Plenário da Câmara e tem parecer favorável do relator, deputado Marangoni (União-SP).

Já o deputado Paulo Litro pediu o apoio do ministro para ajudar na aprovação do projeto de lei complementar ([PLP 353/17](#)), que trata do ressarcimento de impostos a turistas estrangeiros, também pronto para votação no Plenário.

Reportagem - José Carlos Oliveira  
Edição - Natalia Doederlein  
Fonte: Agência Câmara de Notícias



1º de outubro de 2025

## Potencial econômico do turismo religioso é tema de audiência nesta quarta

*Fred Loureiro/Governo do Espírito Santo*



Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Vila Velha (ES)



A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados realizará, nesta quarta-feira (1º), audiência pública sobre o potencial do turismo religioso na valorização cultural e no desenvolvimento local.

O debate será realizado às 14h15, no plenário 5.

A reunião foi solicitada pela deputada Simone Marquette (MDB-SP) para discutir os desafios e as potencialidades do segmento. Segundo ela, o turismo religioso:

- movimenta a economia;
- fortalece a identidade cultural;
- gera emprego e renda nos municípios;
- contribui para a preservação de bens materiais e imateriais; e
- consolida destinos turísticos permanentes.

### **Aumento do setor**

“O turismo religioso é uma das mais antigas formas de deslocamento humano com fins não econômicos, e no Brasil essa prática ganhou proporções significativas ao longo das últimas décadas”, afirma Simone.

“Romarias, peregrinações e festas religiosas atraem milhões de pessoas anualmente, movimentando diversos setores da economia, especialmente nos municípios de pequeno e médio porte”, acrescenta a deputada.

Da Redação – ND

Fonte: Agência Câmara de Notícias



26 de novembro 2025

## Comissão debate qualidade na prestação de serviço das empresas aéreas brasileiras

*Elói Corrêa/Governo da Bahia*



Para deputado, custos de tarifas ainda é obstáculo



A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados debate nesta quarta-feira (27) a qualidade na prestação de serviço das empresas aéreas brasileiras. De acordo com o deputado Vermelho (PL-PR), que pediu o debate, a infraestrutura aeroportuária precisa ser aprimorada em algumas regiões, e o custo das tarifas é um obstáculo para uma grande parcela da população. O debate será realizado às 15h30, no plenário 5.

### **Convidados**

Foram convidados para participar da discussão, entre outros:

- o diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC , Tiago Sousa Pereira;
- Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO;
- o diretor-Presidente da empresa aérea Azul, John Rodgerson;
- o diretor-presidente da empresa aérea Gol, Celso Guimarães Ferrer Junior;
- o diretor-presidente da empresa aérea Latam – Roberto Alvo.

O deputado acrescenta que [Marco Regulatório da Aviação Civil](#) estabelece que os serviços aéreos são considerados atividades econômicas de interesse público submetido à regulação da autoridade de aviação civil. "O ideal é que os interesses dos serviços de transporte aéreo doméstico estejam alinhados com os interesses da sociedade em geral", afirma.

O parlamentar também quer debater os seguintes pontos:

- regularidade dos voos de passageiros;
- marcação aleatória no momento do check-in pela empresa aérea de assentos reservados antecipadamente pelo passageiro;
- controle de tráfego aéreo;
- falta de voos na malha aérea;
- capacidade das aerovias;
- segurança operacional da aviação; e
- não cumprimento dos prazos estabelecidos para as reservas.

Da Redação – RL

Fonte: Agência Câmara de Notícias



26 de novembro 2025

## Deputados criticam preço das passagens aéreas no Brasil; empresas alegam alto custo operacional

*Zeca Ribeiro/Governo da Bahia*



Reunião da Comissão de Turismo



Deputados da Comissão de Turismo criticaram nesta quarta-feira (26) o preço das passagens aéreas praticado no Brasil. Segundo eles, além de cobrar por trechos nacionais valores próximos dos internacionais, as três principais empresas de aviação do País operam com preços “quase iguais”.

O deputado Robinson Faria (PP-RN), que propôs o debate, apresentou exemplos dos preços e disse que os valores comprometem o potencial turístico do país. “Um voo Brasília-Manaus (2h55min) está custando mais caro do que um voo internacional direto Brasília-Lisboa (9h05min)”, disse. Ele citou estudo da Confederação Nacional do Comércio (CNC) que mostra que as passagens aéreas no Brasil subiram em média 118% desde o início da pandemia, podendo chegar a 328% na região Norte.

Faria também considerou “coincidência bem estranha” o fato de as tarifas das três principais aéreas serem praticamente as mesmas. “A diferença é de centavos.” Por fim, manifestou indignação com o fato de as principais companhias – Gol, Latam e Azul – não terem enviado representantes ao debate. “O representante da Abear [Associação Brasileira das Empresas Aéreas] terá a missão quase impossível de defender três companhias aéreas”, disse.

Renato Rabelo, da Abear, atribuiu o valor das tarifas a custos elevados de operação relacionados ao combustível (querosene de aviação - QAV), processos judiciais, mudanças tributárias e regulatórias.

Ele explicou que cerca de 60% dos custos do setor aéreo dependem do dólar, especialmente o querosene, que representa mais de 30% do custo total. Segundo ele, apesar de o Brasil ser autossuficiente em QAV, as empresas pagam o preço internacional pelo produto. “A gente paga como se estivesse importando o produto. E, é claro, isso acaba gerando uma distorção no preço das passagens”, observou.

Rabelo citou ainda como justificativas para os preços o grande volume de processos judiciais movidos contra as empresas no Brasil, que podem aumentar os custos em mais de R\$ 1 bilhão por ano. Por fim, destacou ainda o aumento de impostos (leasing de aeronaves e IOF), além do possível aumento da carga com a entrada em vigor da reforma tributária.

Sobre a similaridade de preços entre Gol, Azul e Latam, Rabelo explicou que as companhias possuem custos fixos muito semelhantes, como “o custo do QAV, da tripulação e com manutenção de aeronaves”.

O deputado Keniston Braga (MDB-PA), que mora na região Norte, disse que o alto custo das passagens aéreas na região é um problema “quase sem fim”. Braga lembrou que a promessa de redução de custos com a cobrança pelo despacho de bagagens de 23 kg não aconteceu. “Ninguém no Brasil sentiu a redução do custo.”



Gerente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Marco Antônio Porto disse que o estudo da CNC que mostra um aumento no preço das tarifas pode ter relação com o método de pesquisa utilizado. Ele informou que a tarifa média nacional nos últimos 12 meses foi de R\$ 665 por trecho. "De 2002 para 2024, no final das contas, a gente teve uma diminuição de 36%", disse, alertando que o valor não inclui taxas de embarque e bagagem.

Ele reconheceu, no entanto, que "a tarifa média não diz tudo" e que muitos passageiros pagam, de fato, preços mais altos. Marco Antônio também comentou a esperada redução das tarifas por conta da cobrança das bagagens: "A receita é pequena, apenas 1,8%".

Reportagem: Murilo Souza

Edição: Ana Chalub

Fonte: Agência Câmara de Notícias



3 de dezembro 2025

## Comissão debate desenvolvimento turístico sustentável da Cordilheira do Espinhaço, em Minas Gerais

*Evandro Rodney/Secom MG*



Parque Estadual de Grão Mogol integra o conjunto de montanhas



A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados promove audiência pública nesta quarta-feira (3) para discutir o desenvolvimento turístico integrado e sustentável da Cordilheira do Espinhaço, em Minas Gerais.

O debate atende a pedido do presidente da comissão, deputado Marcelo Álvaro Antônio (PL-MG), e está marcado para as 14 horas, no plenário 5.

Segundo o deputado, o objetivo é debater o projeto que busca fortalecer o turismo na região, promovendo os atrativos dos municípios mineiros situados ao redor da cordilheira, considerada o segundo maior conjunto de montanhas da América Latina.

Marcelo Álvaro Antônio destaca que a iniciativa é fruto da parceria entre as prefeituras de Botumirim, Cristália, Grão Mogol, Itacambira e Turmalina, Governo de Minas Gerais, Sebrae Minas, entidades do setor turístico e Comitê Gestor da Reserva da Biosfera da Unesco. E explica que o projeto envolve ações de promoção, capacitação e estruturação voltadas à qualificação dos serviços turísticos e à valorização do patrimônio natural e cultural local.

O parlamentar informa ainda que a Cordilheira do Espinhaço, com cerca de 1.000 km de extensão e abrangendo 170 municípios mineiros, foi reconhecida pela Unesco, em 2005, como Reserva Mundial da Biosfera. A região reúne parques nacionais e estaduais, além de cidades com potencial para o ecoturismo, o turismo de aventura e o turismo histórico.

"A audiência pública proposta busca fomentar o debate técnico e institucional necessário para consolidar a Cordilheira do Espinhaço como referência nacional em turismo sustentável e integração regional", diz.

Da Redação-MB

Fonte: Agência Câmara de Notícias



# CTur em Números

## Balanço de 2025

### 1. Eventos

|   |           |
|---|-----------|
| Reunião de instalação e eleição de Mesa | 2         |
| Reuniões deliberativas                  | 40        |
| Audiências públicas                     | 8         |
| Seminários realizados                   | 0         |
| Eventos externos                        | 0         |
| <b>Total</b>                            | <b>50</b> |

### 2. Proposições apreciadas

|                     |    |
|---------------------|----|
| Projetos apreciados | 62 |
| Aprovados           | 60 |
| Rejeitados          | 2  |

### 3. Proposições pendentes de apreciação

|                                     |    |
|-------------------------------------|----|
| Proposições pendentes de apreciação | 83 |
|-------------------------------------|----|

### 4. Requerimentos

|           |    |
|-----------|----|
| Aprovados | 27 |
|-----------|----|



# Proposições na CTur em 2025

## Requerimentos

| <b>Nº</b>   | <b>Autor</b>                         | <b>Ementa</b>   | <b>Apreciação</b> | <b>Resultado</b>  |
|-------------|--------------------------------------|---|-------------------|---|
| <b>1/25</b> | Bibo Nunes<br>(PL/RS)                | Requer que seja convidado o Ministro do Turismo, Sr. Celso Sabino, para apresentar os Planos e Programas do Ministério em 2025 diante da atual conjuntura brasileira.   | 26/03/2025        | Aprovado, subscrito pelo Deputado Paulo Guedes (PT/MG). |
| <b>2/25</b> | Bibo Nunes<br>(PL/RS)                | Requer a realização de audiência pública com objetivo de debater o consumo do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos – PERSE, com base na DIRBI de abril 2024 a janeiro de 2025.  | 26/03/2025        | Aprovado.   |
| <b>3/25</b> | Jorge Goetten<br>(REPUBLIC/SC)       | Requer reunião de audiência pública para discutir o PL 6151/2023.   | 26/03/2025        | Aprovado, subscrito pelo Deputado Bibo (PL/RS).         |
| <b>4/25</b> | Marcelo Álvaro<br>Antônio<br>(PL/MG) | Requer autorização para utilizar parte da previsão orçamentária mensal definida para esta Comissão, para cobrir, durante o ano de 2025, despesas com coquetéis, coffee breaks e cafés da manhã/da tarde nas ocasiões de realização de mesas redondas, eventos de articulação política ou eventos afins, destinados à discussão de assuntos atinentes ao campo temático ou área de atuação desta Comissão. | 26/03/2025        | Aprovado.   |
| <b>5/25</b> | Simone Marquette<br>(MDB/SP)         | Requer o envio de ofício da Comissão de Turismo ao Ministério do Turismo para incluir, o evento Crescer – O Encontro da Família Católica - realizado anualmente no município de Campina Grande, Estado da Paraíba, no Calendário Oficial de Eventos do Ministério do Turismo.   | 02/04/2025        | Aprovado.   |
| <b>6/25</b> | Romero Rodrigues<br>(PODE/PB)        | Requer a realização de audiência pública para debater as perspectivas sobre a COP 30 e o calendário oficial do Turismo para 2025.   | 09/04/2025        | Aprovado.   |
| <b>7/25</b> | Raimundo Santos<br>(PSD/PA)          | Requer realização de Audiência Pública para discutir as prioridades e estratégias do Brasil para a COP-30 que será realizada em Belém do Pará.  | 09/04/2025        | Aprovado.   |
| <b>8/25</b> | Romero Rodrigues<br>(PODE/PB)        | Requer a aprovação de moção de aplausos a ser apresentada na Comissão de Turismo, destacando os trabalhos realizados pelo Ministro do Turismo, Celso Sabino.  | 09/04/2025        | Aprovado.   |
| <b>9/25</b> | Marcelo Álvaro                       | Requer visita técnica de Deputados da Comissão de Turismo às estruturas das empresas aéreas em São  | 23/04/2025        | Aprovado, subscrito pelos                               |

| <b>Nº</b>    | <b>Autor</b>                  | <b>Ementa</b>  | <b>Apreciação</b> | <b>Resultado</b>   |
|--------------|-------------------------------|--|-------------------|--|
|              | Antônio<br>(PL/MG)            | Paulo (SP).  |                   | Deputados Bibó Nunes<br>(PL/RS) e Simone Marquetto<br>(MDB/SP).                              |
| <b>10/25</b> | Robinson Faria<br>(PL/RN)     | Requer a realização de Audiência Pública desta Comissão para debater sobre o alto preço das passagens aéreas no Brasil.  | 23/04/2025        | Aprovado, subscrito pelos<br>Deputados Bibó Nunes<br>(PL/RS) e Simone Marquetto<br>(MDB/SP). |
| <b>11/25</b> | Romero Rodrigues<br>(PODE-PB) | Requer a realização de audiência pública para debater a outorga do título de “Cidade da Fé” ao Município de São João do Cariri, no Estado da Paraíba.                                    | 23/04/2025        | Aprovado.  |
| <b>12/25</b> | Daniela Reinehr<br>(PL/SC)    | Requer a inclusão de autoridades e representantes na audiência pública objeto do Requerimento nº 3/2025.   | 28/05/2025        | Aprovado.  |
| <b>13/25</b> | Simone Marquetto<br>(MDB-SP)  | Requer a realização de audiência pública na Comissão de Turismo para debater o tema "O potencial do turismo religioso na valorização cultural e no desenvolvimento local".               | 28/05/2025        | Aprovado, subscrito pelo<br>Deputado Bibó Nunes<br>(PL/RS).                                  |
| <b>14/25</b> | Daniel Barbosa<br>(PP-AL)     | Requer a realização de Audiência Pública pela Comissão de Turismo, para debater acerca dos desafios do turismo inclusivo e estratégias para a promoção de acessibilidade.                | 28/05/2025        | Aprovado.  |
| <b>15/25</b> | Robinson Faria (PL-<br>RN)    | Requer Moção de Aplausos ao Projeto Onda Limpa, que tem promovido mutirões de limpezas nas praias do Rio Grande do Norte.  | 28/05/2025        | Aprovado.  |
| <b>16/25</b> | Daniel Barbosa (PP-<br>AL)    | Requer a realização de audiência pública pela Comissão de Turismo, para debater acerca do Turismo em Recifes de Corais.  | 09/07/2025        | Aprovado.  |
| <b>17/25</b> | Daniel Barbosa (PP-<br>AL)    | Requer a realização de Seminário para debater o Impacto das Mudanças Climáticas no Turismo Costeiro e de Natureza no estado de Alagoas.  | 09/07/2025        | Aprovado.  |
| <b>18/25</b> | Ana Paula Leão (PP-<br>MG)    | Requer a realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei nº 4.407, de 2024, que confere ao município de Caldas Novas/GO o título de “Capital Nacional das Águas Quentes”. | 09/07/2025        | Aprovado.  |
| <b>19/25</b> | Nitinho<br>(PSD/SE)           | Requer a realização de Seminário para tratar do Desenvolvimento Econômico do Estado de Sergipe nos segmentos de Turismo, Petróleo e Gás  | 09/07/2025        | Aprovado.  |

| <b>Nº</b>    | <b>Autor</b>                      | <b>Ementa</b>  | <b>Apreciação</b> | <b>Resultado</b> |
|--------------|-----------------------------------|--|-------------------|------------------|
| <b>20/25</b> | Simone Marquette<br>(MDB/SP)      | Requer o envio de ofício da Comissão de Turismo ao Ministério do Turismo para incluir, no calendário oficial de eventos do Ministério do Turismo, o evento “Festa de São Miguel Arcanjo” do município de São Miguel Arcanjo - SP.                                      | 20/08/2025        | Aprovado.        |
| <b>21/25</b> | André Figueiredo<br>(PDT-CE)      | Requer a realização de Audiência Pública para debater a regulamentação da Film Commission e sua relevância para o Turismo Nacional.  | 20/08/2025        | Aprovado.        |
| <b>22/25</b> | Mersinho Lucena<br>(PP-PB)        | Requer audiência pública para a apresentação dos dados da EMBRATUR realizados nos últimos anos sobre o turismo brasileiro e o desenvolvimento dos trabalhos na agência.  | 20/08/2025        | Aprovado.        |
| <b>23/25</b> | Simone Marquette<br>(MDB/SP)      | Requer o envio de ofício da Comissão de Turismo ao Ministério do Turismo para incluir, no calendário oficial de eventos do Ministério do Turismo, a inclusão da “oficialização da segunda-feira católica na Festa do Peão de Barretos, do município de Barretos – SP”. | 27/08/2025        | Aprovado.        |
| <b>24/25</b> | Daniel Barbosa (PP-AL)            | Requer a aprovação de Moção de Aplausos ao município de Arapiraca-AL pela conquista do Selo Internacional Cidade Verde, conferido pela Arbor Day Foundation e pela Organização das Nações Unidas (ONU).  | 27/08/2025        | Aprovado.        |
| <b>25/25</b> | Robinson Faria<br>(PL/RN)         | Requer a inclusão de autoridade em audiência pública no âmbito desta Comissão para debater sobre o alto preço das passagens aéreas no Brasil.  | 15/10/2025        | Aprovado.        |
| <b>26/25</b> | Marcelo Álvaro Antônio<br>(PL/MG) | Requer a realização de audiência pública destinada a debater projeto de desenvolvimento turístico integrado e sustentável da Cordilheira do Espinhaço.   | 6/11/2025         | Aprovado.        |
| <b>27/25</b> | Robinson Faria (PP-RN)            | Requer que seja submetido ao Plenário desta Comissão requerimento propondo a apresentação de projeto de lei que restabelece o direito ao despacho de bagagem de até 23 kg sem custo adicional.   | 6/11/2025         | Aprovado.        |

## Proposições apreciadas

| <i>Proposição</i> | <i>Autor</i>                              | <i>Ementa</i>   | <i>Relator</i>                    | <i>Parecer</i>  |
|-------------------|---|---|-----------------------------------|---|
| PL 2836/24        | Paulinho Freire                           | Inclui no Calendário Turístico Oficial do Brasil a Festa da Padroeira Nossa Senhora Mãe dos Homens, no Município de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte.   | Deputado Robinson Faria           | Pela aprovação<br><b>Aprovado em 26/03/25</b>                   |
| PL 2849/24        | Pastor Gil                                | Dispõe sobre a criação do programa de turismo educacional para estudantes da rede pública de ensino, com o objetivo de viabilizar visitas monitoradas ao patrimônio histórico, turístico, paisagístico e ambiental no Brasil. | Deputado AJ Albuquerque           | Pela aprovação<br><b>Aprovado em 09/04/25</b>                   |
| PL 2475/23        | Samuel Viana                              | Dispõe sobre a política nacional de incentivo ao turismo rural.   | Deputado Romero Rodrigues         | Pela aprovação, com substitutivo<br><b>Aprovado em 23/04/25</b> |
| PL 5005/23        | Fernanda Pessoa                           | Institui no calendário turístico oficial do País o São João de Maracanaú, no Município de Maracanaú, no Estado do Ceará.  | Deputado José Airton Félix Cirilo | Pela aprovação<br><b>Aprovado em 23/04/25</b>                   |
| PL 20/25          | Renata Abreu                              | Institui o Código Brasileiro de Defesa do Turista e a Política de Assistência ao Turista em Situação de Emergência.   | Romero Rodrigues                  | Pela aprovação, com substitutivo<br><b>Aprovado em 28/05/25</b> |
| PL 2992/23        | Senado Federal (Astronauta Marcos Pontes) | Cria o Roteiro Turístico Caminho da Fé, nos Estados de Minas Gerais e de São Paulo.   | Daniela Reinehr                   | Pela aprovação<br><b>Aprovado em 28/05/25</b>                   |
| PL 3691/2023      | Dra. Alessandra Haber                     | Cria a Rota Turística da Região do Salgado, no Estado do Pará.  | Simone Marquette                  | Pela aprovação<br><b>Aprovado em 17/06/25</b>                   |
| PL 1344/2024      | Yuri do Paredão                           | Inclui no Calendário Turístico oficial do País a Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio em Barbalha na região do Cariri, Estado do Ceará.  | Simone Marquette                  | Pela aprovação<br><b>Aprovado em 17/06/25</b>                   |

|                  |                          |   |                  |  |
|------------------|--------------------------|---|------------------|--|
| PL<br>2685/2024  | Paulo Litro              | Inclui no Calendário Turístico Oficial do País a Feira do Melado, no Município de Capanema, Estado do Paraná.   | Vermelho         | Pela aprovação<br><b>Aprovado em 17/06/25</b>  |
| PL<br>2686/2024  | Paulo Litro              | Inclui no Calendário Turístico Oficial do País a Feira Agroleite, no Município de Castro, Estado do Paraná.   | Vermelho         | Pela aprovação<br><b>Aprovado em 17/06/25</b>  |
| PL<br>3487/2024  | Yuri do Paredão          | Inclui no Calendário Turístico Oficial do Brasil o Cariri Moto Fest, que se realiza no Município de Crato, Estado do Ceará.   | Simone Marquette | Pela aprovação<br><b>Aprovado em 17/06/25</b>  |
| PL<br>5.633/2020 | José Airton Félix Cirilo | Altera a Lei 8.078 de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), proibindo hotéis, pousadas e outros estabelecimentos de dormitório a cobrar antecipado valor das diárias e taxas de hospedagem.                    | Vermelho         | Pela rejeição<br><b>Aprovado em 02/07/25</b>   |
| PL<br>4.467/2024 | Marcelo Queiroz          | Altera o art. 23 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para dispor sobre o período de duração das diárias em meios de hospedagem.  | Vermelho         | Pela aprovação deste, com emendas.<br><b>Aprovado em 02/07/25</b>  |
| PL<br>4.549/2024 | Filipe Barros            | Dispõe sobre a revisão dos critérios de concessão de benefícios fiscais no âmbito do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), instituído pela Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, e dá outras providências. | Daniela Reinehr  | Pela aprovação deste, com emenda, e pela rejeição da Emenda 1/2025 da CTUR.<br><b>Aprovado em 02/07/25</b> |
| PL<br>1.036/2025 | Julia Zanatta            | Institui o Marco Legal do Turismo Itinerante e estabelece diretrizes para o fomento e a regulamentação dessa modalidade turística, em conformidade com os princípios da liberdade econômica.                                      | Daniela Reinehr  | Pela aprovação<br><b>Aprovado em 02/07/25</b>  |
| PL<br>3.519/2021 | Pinheirinho              | Altera as Leis nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e nº 11.771, de   | Ana Paula Leão   | Pela aprovação deste, com emenda.  |



|               |                   |   |                     |   |
|---------------|-------------------|---|---------------------|---|
|               |                   | 17 de setembro de 2008, para ampliar as fontes de financiamento do setor turístico.   |                     | <b>Aprovado em 09/07/25</b>   |
| PL 1.414/2024 | Adriano do Baldy  | “Inclui no Calendário Turístico Nacional a Festa da Mandioca, no município de Bela Vista de Goiás, Estado de Goiás.”                              | Ana Paula Leão      | Pela aprovação deste, com emenda.<br><b>Aprovado em 09/07/25</b>  |
| PL 4.860/2024 | Fernando Monteiro | Cria a Rota Turística do Cangaço, nos estados de Sergipe, Alagoas e Pernambuco.   | Leur Lomanto Júnior | Parecer às Emendas Apresentadas ao Substitutivo do Relator, pela aprovação deste, da Emenda apresentada ao Projeto na Comissão de Turismo, e da Emenda ao Substitutivo, com substitutivo.<br><b>Aprovado com Complementação de Voto em 09/07/25</b> |
| PL 958/2025   | Castro Neto       | Cria a Rota Turística da Serra da Capivara, no Sudeste do Estado do Piauí.  | Simone Marquette    | Pela aprovação deste, com emendas.<br><b>Aprovado em 09/07/25</b>   |
| PL 1661/2023  | Thiago de Joaldo  | Inserir no Calendário Nacional de Eventos, do Ministério do Turismo, a tradicional “Modamix”, do município de Itabaianinha, no Estado de Sergipe. | Paulo Guedes        | Pela aprovação.<br><b>Aprovado em 20/08/25</b>  |
| PL 2398/2024  | Fernanda Pessoa   | Dispõe sobre o turismo receptivo.   | Robinson Faria      | Pela aprovação, com substitutivo.<br><b>Aprovado em 20/08/25</b>  |
| PL 4087/2024  | Daniel Barbosa    | Cria a Rota Turística de Esportes de Aventura, no Estado de Alagoas.  | Icaro de Valmir     | Pela aprovação deste, com emenda.<br><b>Aprovado em 20/08/25</b>  |



|                 |                    |   |                        |  |
|-----------------|--------------------|---|------------------------|--|
| PL<br>4300/2024 | Yury do Paredão    | Inclui no Calendário Turístico Nacional a vaquejada da cidade de Brejo Santo, no estado do Ceará e dá outras providências.                      | Icaro de Valmir        | Pela aprovação, com substitutivo.<br><br><b>Aprovado em 20/08/25</b>               |
| PL<br>95/2025   | Capitão Augusto    | Institui a região de Angra Doce II, nos termos que especifica, como Área Especial de Interesse Turístico.                                       | Marcelo Álvaro Antônio | Pela aprovação.<br><br><b>Aprovado em 20/08/25</b>                                 |
| PL<br>943/2025  | Sargento Gonçalves | Dispõe sobre a criação da Rota Turística da Serra de João do Vale, nos estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba, e dá outras providências.   | Romero Rodrigues       | Pela aprovação, com substitutivo.<br><br><b>Aprovado em 20/08/25</b>               |
| PL<br>3756/2024 | Danilo Forte       | Inclui no calendário turístico oficial do País o Festival Sana, no Município de Fortaleza, Estado do Ceará.                                     | AJ Albuquerque         | Pela aprovação.<br><br><b>Aprovado em 27/08/25</b>                                 |
| PL<br>5012/2024 | Eduardo Bismark    | Insera o São João de Aracati no calendário nacional de eventos do Ministério do Turismo.  | AJ Albuquerque         | Pela aprovação.<br><br><b>Aprovado em 27/08/25</b>                                 |
| PL<br>5015/2024 | Eduardo Bismark    | Insera no Calendário Nacional de Eventos do Ministério do Turismo, o Carnaval de Aracati, no Estado do Ceará.                                   | AJ Albuquerque         | Pela aprovação.<br><br><b>Aprovado em 27/08/25</b>                                 |
| PL<br>5016/2024 | Eduardo Bismark    | Insera no Calendário do Ministério do Turismo o Festival de Gastronomia e Cultura de Aracati, município do Estado do Ceará.                     | AJ Albuquerque         | Pela aprovação.<br><br><b>Aprovado em 27/08/25</b>                                 |
| PL<br>3737/2023 | Luciano Alves      | Disciplina a visitação para fins de turismo, estabelece a destinação de parte dos recursos provenientes de visitantes e dá outras providências. | Paulo Guedes           | Pela aprovação deste, na forma do substitutivo.<br><br><b>Aprovado em 03/09/25</b> |



|                  |                  |   |                  |   |
|------------------|------------------|---|------------------|---|
| PL<br>1871/2024  | Duda Ramos       | Determina a instalação de equipamentos destinados a deficientes visuais em pontos de interesse turístico.   | Daniel Barbosa   | Pela aprovação deste e da Emenda Adotada pela CPD, com emenda.<br><br><b>Aprovado em 03/09/25</b>   |
| PL<br>2897/2024  | Bruno Farias     | Cria o "Paraíso Nacional das Rochas" no Nordeste de Minas Gerais, abrangendo os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, e dá outras providências.   | Paulo Guedes     | Pela aprovação deste, na forma do substitutivo.<br><br><b>Aprovado em 03/09/25</b>  |
| PL<br>5.629/2023 | Yury do Paredão  | Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008.  | Keniston Braga   | Pela aprovação deste, na forma do substitutivo.<br><br><b>Aprovado em 10/09/25</b>  |
| PL<br>3031/2025  | Simone Marquette | Institui a Rota Turística Nacional da Fé, vinculada ao Programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo, e dá outras providências.  | Romero Rodrigues | Pela aprovação.<br><br><b>Aprovado em 10/09/25</b>  |
| PL<br>6165/2023  | Rogéria Santos   | Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartazes, adesivos ou placas informativas em idiomas distintos nos locais de acesso e permanência de turistas público ou privado, contendo as informações de utilidade e segurança pública aos turistas nos Estados do Brasil, assim como, informações sobre os meios de denúncias, contato e endereço com localização da Delegacia de Proteção ao Turista. | Yandra Moura     | Pela aprovação, na forma do Substitutivo adotado pela CPD.<br><br><b>Aprovado em 24/09/25</b>   |
| PL<br>4.108/2024 | Mário Heringer   | Cria o selo Empresa Amiga do Consumidor Neurodivergente – Turismo, e dá outras providências.<br>EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Altera a Lei nº 11.771, de 17 de Setembro de 2008.  | André Figueiredo | Pela aprovação deste, e das Emendas 1, 2 e 3, adotadas pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.<br><br><b>Aprovado em 24/09/25</b> |



|                  |                          |  |                  |  |
|------------------|--------------------------|--|------------------|--|
| PL<br>4.215/2024 | Defensor<br>Stélio Dener | Cria a Rota Turística Boa Vista-Serra do Tepequém, no Estado de Roraima.   | Raimundo Santos  | Pela aprovação.<br><br><b>Aprovado em 24/09/25</b> |
| PL<br>4.719/2024 | Eduardo<br>Bismarck      | Altera a redação do inciso I do art. 24 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 (Lei Geral do Turismo), para substituir a conjunção "e" pela conjunção "ou", com vistas a aprimorar a clareza normativa e eliminar a obrigatoriedade cumulativa de requisitos para o cadastramento de meios de hospedagem. | Vermelho         | Pela aprovação.<br><br><b>Aprovado em 01/10/25</b> |
| PL<br>1213/2025  | Saulo<br>Pedroso         | Autoriza o Poder Executivo a disponibilizar, em âmbito nacional, o número telefônico destinado a atender denúncias de violação da política nacional de turismo, golpes financeiros ou exploração.  | Vermelho         | Pela aprovação.<br><br><b>Aprovado em 01/10/25</b> |
| PL<br>1215/2025  | Saulo<br>Pedroso         | Institui o banco de Interpretes de Línguas e sinais, destinado a auxiliar turista estrangeiro e pessoas com deficiência auditiva.  | Vermelho         | Pela aprovação.<br><br><b>Aprovado em 01/10/25</b> |
| PL<br>5.114/2023 | Jonas<br>Donizette       | Obriga a instalação de aviso sobre cuidado na utilização de lareira em meios de hospedagem.  | Simone Marquette | Pela aprovação.<br><br><b>Aprovado em 15/10/25</b> |
| PL<br>1.582/2024 | Gervásio<br>Maia         | Altera a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências, para incluir o Turismo como temática da proposta orçamentária direcionada aos idosos.   | Simone Marquette | Pela aprovação.<br><br><b>Aprovado em 15/10/25</b> |



|               |                      |  |                        |  |
|---------------|----------------------|--|------------------------|--|
| PL 903/2025   | Alfredo Gaspar       | Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para incluir o apoio a startups e empresas de tecnologia que desenvolvam soluções inovadoras para o turismo entre as finalidades do Fundo Geral de Turismo (Novo Fungetur) e da Política Nacional de Turismo. | Marcelo Álvaro Antônio | Pela aprovação, na forma do substitutivo.<br><br><b>Aprovado em 15/10/25</b> |
| PL 2179/2025  | Julio Arcoverde      | Inserir no Calendário Nacional de Eventos do Ministério do Turismo o evento denominado Exposoja, realizado anualmente no Distrito de Nova Santa Rosa, município de Uruçuí, Estado do Piauí.  | Mersinho Lucena        | Pela aprovação.<br><br><b>Aprovado em 15/10/25</b>                           |
| PL 1.384/2024 | André Figueiredo     | Institui a Política Nacional para as Comissões de Apoio à Cinematografia (film commissions).   | Marcelo Álvaro Antônio | Pela aprovação, com substitutivo.<br><br><b>Aprovado em 22/10/25</b>         |
| PL 5.021/2024 | Eduardo Bismarck     | Inserir no Calendário Nacional de Eventos do Ministério do Turismo, o Carnaval de Baturité, no Estado do Ceará.  | Aj Albuquerque         | Pela aprovação.<br><br><b>Aprovado em 22/10/25</b>                           |
| PL 3.137/2025 | Afonso Motta         | Declara o Município de Barra do Quaraí, no Estado do Rio Grande do Sul, Capital Nacional da Observação de Aves.  | André Figueiredo       | Pela aprovação.<br><br><b>Aprovado em 22/10/25</b>                           |
| PL 4.630/2024 | Rafael Brito         | Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de salva-vidas em estabelecimentos de hospedagem com mais de 70 (setenta) quartos que possuem áreas de lazer aquáticas.   | Paulo Litro            | Pela rejeição.<br><br><b>Aprovado em 6/11/25</b>                             |
| PL 4.291/2024 | Evair Vieira de Melo | Reconhece o município de Colatina, no Estado do Espírito Santo, como a Capital Nacional do Pôr do Sol.   | Marcelo Álvaro Antônio | Pela aprovação.<br><br><b>Aprovado em 18/11/25</b>                           |



|                  |                                    |  |                          |   |
|------------------|------------------------------------|--|--------------------------|---|
| PL<br>4.843/2024 | Domingos<br>Neto                   | Cria o Certificado do Turismo Seguro (CTS), a ser conferido aos Municípios que se destacarem na efetividade das políticas públicas específicas para a segurança dos turistas no Brasil.  | Robinson Faria           | Pela aprovação, com emendas.<br><br><b>Aprovado em 18/11/25</b>   |
| PL<br>2.212/2025 | Julio<br>Arcoverde                 | Inclui no Calendário Turístico Oficial do Brasil a festa “Caprinova”, realizada no Município de Queimada Nova, Estado do Piauí.  | Ana Paula Leão           | Pela aprovação.<br><br><b>Aprovado em 18/11/25</b>  |
| PL<br>2.222/2025 | Julio<br>Arcoverde                 | Inclui no Calendário Turístico Oficial do Brasil o Festival de Inverno de Pedro II, realizado no Município de Pedro II, Estado do Piauí.   | Ana Paula Leão           | Pela aprovação.<br><br><b>Aprovado em 18/11/25</b>  |
| PL<br>2.243/2025 | Simone<br>Marquette                | Dispõe sobre diretrizes para o estímulo ao turismo acessível e inclusivo para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em todo o território nacional, e dá outras providências.  | Romero Rodrigues         | Pela aprovação.<br><br><b>Aprovado em 18/11/25</b>  |
| PL<br>3.040/2024 | Senado<br>Federal –<br>Flávio Arns | Cria a Rota Turística Grande Reserva Mata Atlântica, nos Estados do Paraná, de Santa Catarina e de São Paulo.  | Vermelho                 | Pela aprovação.<br><br><b>Aprovado em 03/12/25</b>  |
| PL<br>4.179/2019 | Roberto de<br>Lucena               | Institui o Estatuto do Turista.  | José Airton Felix Cirilo | Pela aprovação deste, e com adoção do Substitutivo da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.<br><br><b>Aprovado em 03/12/25</b>  |
| PL<br>4.782/2023 | Defensor<br>Stélio Dener           | Acrescenta art. 10-A à Lei nº 12.974, de 15 de maio de 2014, que “Dispõe sobre as atividades das agências de turismo”, com o objetivo de assegurar ao adquirente de bilhete de passagem aérea e de demais serviços e atividades de viagem ou | Mersinho Lucena          | Pela aprovação deste, do PL <b>4.855/2023</b> , e do <b>PL 57/2024</b> , apensados e do Substitutivo adotado pela Comissão de Defesa do Consumidor, na forma da subemenda substitutiva. |

|               |                   |  |                          |  |
|---------------|-------------------|--|--------------------------|--|
|               |                   | de turismo a emissão do respectivo comprovante no prazo máximo de vinte e quatro horas, a contar da confirmação do pagamento.  |                          | <b>Aprovado em 03/12/25</b>                                      |
| PL 3.686/2025 | Bibo Nunes        | Inclui o EXPOCHURRASCO no Calendário Turístico Oficial do Brasil.  | Jorge Goetten            | Pela aprovação.<br><b>Aprovado em 03/12/25</b>                   |
| PLD 374/2020  | José Guimarães    | Susta os efeitos do Decreto nº 10.446, de 18 de agosto de 2020, que Dispõe sobre a qualificação de empreendimentos turísticos no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI. | José Airton Félix Cirilo | Pela aprovação, com substitutivo.<br><b>Aprovado em 10/12/25</b> |
| PL 248/2021   | Roberto de Lucena | Altera o Decreto 7.962, de 15 de março de 2013, para dispor que todo e qualquer anúncio de hospedagem em Agência de Turismo Online deve exibir o CNPJ do estabelecimento.                | Leur Lomanto Júnior      | Pela aprovação, com substitutivo.<br><b>Aprovado em 17/12/25</b> |
| PL 4181/2024  | Rafael Brito      | Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para reconhecer a importância das profissões de agente de turismo e de guia de turismo no âmbito da Política Nacional de Turismo.     | Icaro de Valmir          | Pela aprovação, com substitutivo.<br><b>Aprovado em 17/12/25</b> |



## Emendas orçamentárias aprovadas pela CTur

### ▪ Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO-2026

**Emenda – 50070001**

Programa: Turismo, Esse é o Destino

Objetivo: Promover a estruturação e a qualidade dos destinos turísticos, fomentando a cadeia produtiva do turismo – 0365

Acréscimo de meta proposto: 2.368.607

**Emenda – 50070002**

Programa: Turismo, Esse é o Destino

Objetivo: Promover as atividades turísticas nos destinos brasileiros de forma sustentável, inclusiva e com acessibilidade - 0366

Acréscimo de meta proposto: 54.500.000

**Emenda – 50070003**

Programa: Turismo, Esse é o Destino

Objetivo: Estruturação e Ordenamento dos Destinos Turísticos Brasileiros - 0536

Acréscimo de meta proposto: 7.800.000



## ▪ Projeto da Lei Orçamentária Anual – LOA-2026

|  |
|--|
| <p><b>Emenda – 50070001</b><br/>Ação: Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional – 20Y3<br/>Valor Acrescido: R\$ 2.440.000.000</p>  |
| <p><b>Emenda – 50070002</b><br/>Ação: Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística – 10V0<br/>Total da Emenda: R\$ 3.880.000.000.</p>  |
| <p><b>Emenda – 50070003</b><br/>Ação: Qualidade, Sustentabilidade e Ações Climáticas no Turismo -21FN<br/>Total da Emenda: R\$ 600.000.000</p>   |
| <p><b>Emenda – 50070004</b><br/>Ação: Planejamento, Inteligência, Inovação e Competitividade no Turismo – 21FO<br/>Total da Emenda: R\$ 400.000.000.</p>                               |
| <p><b>Emenda – 50070005</b><br/>Ação: Estruturação e Ordenamento dos Destinos Turísticos Brasileiros – 21DB<br/>Total da Emenda: R\$ 300.000.000.</p>                                  |
| <p><b>Emenda – 50070006</b><br/>Ação: Promoção de Investimentos Privados, Financiamento, Parcerias e Concessões no Setor de Turismo – 2C01<br/>Total da Emenda: R\$ 1.000.000.000.</p> |



## Equipe Técnica

### **Secretário-Executivo**

Ruthier de Sousa Silva

### **Servidores da Secretaria**

Ana Paula Barbosa França

Estefânia de Castro Diniz

Gleice Chagas dos Angelos

Roberta Gonçalves de Faria

### **Estagiária em Turismo**

Sunamita Garcia Izidro

### **Aprendiz**

Beatriz Rodrigues de Sousa

Câmara dos Deputados  
Comissão de Turismo  
Anexo II, Pav. Superior, Ala A, Sala 151  
CEP 70.160-900 – Brasília/DF  
Telefones: (61) 3216-6831/6832  
<http://www.camara.leg.br/ctur>

